Riolando Azzi

A Interpretação da História do Brasil Segundo José Honório Rodrigues

Introdução

Entre os grandes intérpretes da História do Brasil, José Honório Rodrigues ocupa sem dúvida uma posição destacada.

Este estudo tem como finalidade uma análise dessa visão interpretativa proposta pelo autor.

Para maior clareza didática, o estudo será dividido em três Partes. Na primeira, apresentaremos em grandes linhas a crítica da historiografia brasileira segundo José Honório Rodrigues, incluindo inicialmente seus dados biográficos e a indicação de sua principal bibliografia.

Na segunda parte, que constitui o cerne do presente trabalho, procuraremos identificar as grandes linhas de força do método interpretativo utilizado pelo autor, procurando caracterizar assim o seu modelo hermenêutico.

Por último, na terceira parte, indicaremos em forma sintética alguns exemplos práticos da interpretação de José Honório Rodrigues. Serão indicados alguns tópicos mais significativos da ampla e rica visão histórica do autor.

1. A crítica da Historiografia Brasileira

Considerado como um dos maiores escritores atuais da História do Brasil, José H. Rodrigues possui como ponto de apoio seu amplo conhecimento da historiografia brasileira.

É, portanto, a partir da análise e da crítica do que já se escreveu sobre a História do Brasil que esse historiador carioca traça sua própria interpretação da história pátria. Essa interpretação, conforme seu próprio testemunho, tem suas raízes no pensamento e na obra de Capistrano de Abreu. Daí ter sido ele designado como um novo Capistrano de Abreu.

Ao descrever o método de produção histórica de José H. Rodrigues, Álvaro Lins afirma:

"Primeiro, nas pesquisas, ele é frio, objetivo, imparcial, até encontrar a verdade ou o que lhe pareça a verdade nos arquivos. Depois, apaixona-se por ela, examina e discute fatos antigos e homens históricos como se fora um contemporâneo deles. O seu estilo límpido, sóbrio, tranqüilo e firme — agita-se então, de vez em quando, mediante um frêmito que lhe firma a vitalidade e o brilho. E José Honório Rodrigues é um grande historiador por várias razões, mas principalmente por esta capacidade de revelar mundos mortos como se fossem matérias vivas; e de transportar-se para os ambientes de séculos atrás e apresentá-los com o movimento e a ideologia das coisas que se põem de repente ante os nossos olhos. Neste sentido, na antigüidade da nossa historiografia, só um historiador José Honório Rodrigues nos faz lembrar: um Capistrano de Abreu. Na verdade, José Honório Rodrigues é o Capistrano de Abreu de nossa geração e de nossa época. O que significa dizer: José Honório Rodrigues é um dos primeiros — ou seja: um dos melhores e dos maiores — entre os nossos historiadores vivos".[1]

1.1. *José Honório Rodrigues na historiografia brasileira*

José Honório Rodrigues situa-se ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e alguns poucos mais, considerados os grandes nomes atuais da historiografia brasileira.

Num estudo recente sob o título *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*, José Roberto do Amaral Lapa faz uma classificação dos principais autores de História do Brasil, e situa José H. Rodrigues entre aqueles poucos que fazem a "análise crítica das ideologias da História do Brasil".

E o assinala também no restrito grupo de autores preocupados com a História Moderna do Brasil. Escreve Amaral Lapa:

"Vamos encontrar, primeiro de maneira tímida, e mais recentemente com mais vigor, o aparecimento de alguns títulos de História

---

1. Lins, Álvaro, in Rodrigues, José Honório, *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, 4.ª ed. Contracapa.

Contemporânea do Brasil. Para tanto, parece-nos também significativa a influência de Honório Rodrigues, que com sua pena e sua palavra vem encarecendo sistematicamente o papel da História Moderna do Brasil Moderno".[2]

O mesmo autor indica quatro nomes como os mais representativos da historiografia moderna brasileira: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues.

"Foi sobretudo a partir da publicação do seu estudo sobre as *Aspirações Nacionais, interpretação histórico-política* (1965) que Honório Rodrigues passou a expor de maneira mais polêmica suas idéias sobre uma História engajada. Em verdade, já em seu trabalho imediatamente anterior *Brasil e África — Outro Horizonte* (1961) temos expostas suas preocupações por uma historiografia brasileira que se desamarre de seu excessivo aferro a um pretérito relativamente distante em detrimento do estudo de nossa História Contemporânea. Mas é realmente o ano de 1965 que marca a definição mais atuante do autor".[3]

Na realidade, Amaral Lapa não é muito exato nessa afirmação, pois a primeira edição de *Aspirações Nacionais* foi publicada pela editora Fulgor em 1963, e o volume reunia dois estudos escritos por José H. Rodrigues respectivamente em 1057 e 1960. Portanto, essa tendência interpretativa do autor já se manifesta anteriormente, pelo menos desde o período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Aliás, o próprio Amaral Lapa procura matizar melhor o seu pensamento afirmando:

"Apontando-se esse balizamento no seu pensamento histórico, não se quer significar uma mudança radical na sua posição ideológica de pesquisador, cientista e professor, perante a história, o que no caso não deixaria de ser uma mudança em relação à sua própria obra anterior, que por sinal apresenta a maioria de temas referindo-se aos séculos XVI, XVII e XVIII. A quem se dê o trabalho de ler a *Teoria da História do Brasil*, obra de grande erudição, permanecendo única em seu gênero e tendo um alcance didático--científico sem paralelo para os estudantes de História do Brasil, não será fácil encontrar a unidade das idéias que ora defende com calor".[4]

O que se observa nos escritos de José Honório Rodrigues não é uma mudança de orientação, mas um amadurecimento que se

---

2. Lapa, José Roberto do Amaral, *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*, Petrópolis, Vozes, 1976, 32.
3. Lapa, José Roberto do Amaral, o. c., 61.
4. Lapa, José Roberto do Amaral, o. c., 61-62.

expressa através de uma definição sempre mais clara dos objetivos de sua tarefa de historiador.

Com muito acerto conclui Amaral Lapa:

"A pregação em que se empenha o autor é sobretudo a de alertar o historiador brasileiro para uma missão que reconhece como a mais autêntica e compatível com a realidade do país, com a sua condição de nação em desenvolvimento, a de fazer uma História passado-presente e uma História moderna do Brasil moderno. Assim ao longo de sua obra nota-se o esforço por ensinar a escrever e pensar a História do Brasil". [5]

Honório Rodrigues possui duas condições básicas para uma competente interpretação da história do Brasil. Em primeiro lugar, possui uma ampla erudição sobre a história do Brasil e seus principais historiadores, fruto de acurado trabalho de pesquisa. Em segundo lugar, possui também um conhecimento relevante das modernas correntes de filosofia de história, onde se discutem as possibilidades e o valor da interpretação histórica.

1.2. *Dados biográficos*

Nascido no Rio de Janeiro em 1913, J. Honório Rodrigues tem dedicado sua vida adulta aos estudos históricos.

Leda Boechat Rodrigues, sua esposa, ao compilar sua biografia, assim escrevia em abril de 1956:

"A partir de 1937, ano em que recebeu o 1.º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, dedicou todo o seu entusiasmo e toda a sua atividade a Clio. Não se distrai ele em trabalhos marginais: tudo o que lê, tudo o que escreve, tudo o que orienta, tudo o que dirige, tudo o que professa converge para um só objetivo, a História, que é vida e é a sua vida. A obra já encorporada em livros é facilmente consultada e facilmente enumerada. Mas toda uma massa de artigos, alguns dos quais constituindo séries que seriam outros tantos volumes, só podem ser praticamente conhecidos por poucos...

Num conhecimento de quase vinte anos, vi o historiador sempre fiel a si mesmo, e aos caminhos que conduzem à história...". [6]

Afirmação análoga encontra-se em Amaral Lapa:

"Praticamente toda a vida e a obra de José Honório Rodrigues têm sido consagradas à história". [7]

5. Lapa, José Roberto do Amaral, o. c., 62.
6. Rodrigues, Leda Boechat, *Bibliografia de José Honório Rodrigues*, Rio de Janeiro, 1956. Apresentação.
7. Lapa, José Roberto do Amaral, o. c., 62.

Formado na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1937, José Honório recebeu posteriormente uma bolsa de pesquisa da Fundação Rockefeller, passando nos Estados Unidos o ano escolar 1943-1944.

Como ele próprio o afirma, esse ano foi muito importante para definir sua vocação histórica:

"Depois de freqüentar em 1943-1944 o curso "Mature. Methods and Types of History" da Universidade de Columbia, dirigido pelo Professor Charles Cole, com a colaboração de Henry Steele Commager, Jacques Barzun, Allan Nevins, grandes nomes da historiografia americana, vim para o Brasil entusiasmado com a idéia de renovar os métodos de História, criar novos campos de estudo, rever o que se fazia e tentar reformar o ensino superior da História. É neste que se inicia, em cadeia, a renovação completa, mas é no primário que realmente se produzem seus efeitos finais".

E acrescenta em seguida:

"Quando cheguei de volta ao Brasil, em 1944, a Universidade, acabada de criar, e especialmente sua Faculdade de Filosofia, era uma cidadela inexpugnável de conservatorismo, o mais rotineiro e arcaizante. Metolodogia, pesquisa e historiografia eram totalmente desconhecidas".

José Honório conclui com esta afirmação:

"Quando relembro os primeiros momentos de minha luta pela aceitação da disciplina de Introdução à História nos cursos universitários, vejo que foi um esforço bem recompensado". [8]

Ao estabelecer-se de novo no Rio de Janeiro, foi professor de História do Brasil no Instituto Rio Branco, de 1946 a 1951.

A partir de 1946 foi nomeado Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional Mais tarde, foi também diretor do Arquivo Nacional.

É ainda membro correspondente do Seminário de Estudos Americanistas da Universidade de Madrid desde 1950, suplente do delegado do Brasil na comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História desde 1953, e membro correspondente da Comissão Internacional para a História do Desenvolvimento Cultural e Científico da Humanidade, sob os auspícios da Unesco, desde 1954.

É também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguesa de História e do *The Hispanic Society of America*, Nova Iorque.

A 5 de dezembro de 1969 ingressou na Academia Brasileira de Letras.

---

8. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 15-16.

1.3. *Obras publicadas*

Tendo em vista a amplitude da bibliografia de José H. Rodrigues nos limitaremos à indicação dos livros publicados, sem fazer referência aos inúmeros opúsculos, prefácios, introduções e edições críticas por ele preparados.

Eis o elenco de suas obras, segundo a ordem cronológica de publicação da primeira edição.

— *Civilização Holandesa no Brasil.* 1.º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940.

— *Teoria da História do Brasil.* 1.ª ed. 1949; 3.ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

— *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil.* Rio de Janeiro, I.N.L., 1949.

— *As Fontes da História do Brasil na Europa.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

— *Notícias de Vária História.* Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951.

— *A Pesquisa Histórica no Brasil.* 1.ª ed. 1952; 2.ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, Brasiliana Grande.

— *Brasil. Período Colonial.* México, 1953.

— *O Continente do Rio Grande.* Rio de Janeiro, Edições São José, 1954.

— *Historiografia del Brasil. Siglo XVI.* México, Instituto Pan-americano de Geografia e História, 1957.

— *A Situação do Arquivo Nacional.* Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

— *Brasil e África. Outro Horizonte.* 1.ª ed. 1961; 2.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, 2 v.

— *Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política.* 1.ª ed. 1963; 4.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

— *Historiografia del Brasil. Siglo XVII.* México, Instituto Pan-americano de Geografia e História, 1963.

— *Conciliação e Reforma no Brasil. Interpretação Histórico-Política.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

— *História e Historiadores do Brasil.* São Paulo, Fulgor, 1965.

— *Interesse Nacional e Política Externa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

— *Vida e História.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

— *História e Historiografia.* Petrópolis, Vozes, 1970.

— *O Parlamento e a Evolução Nacional. Introdução Histórica, 1826-1840.* Brasília, Senado Federal, 1972.

— *A Assembléia Constituinte de 1823.* Petrópolis, Vozes, 1974.

— *Independência: Revolução e Contra-Revolução.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975-1976. 5 volumes.

— *História, Corpo do Tempo,* São Paulo, Perspectiva, 1976.

1.4. *Necessidade da interpretação histórica*

É praticamente impossível escrever sobre História sem que se faça uma interpretação. A simples seleção do material histórico, já é na realidade uma maneira de interpretação.

Mas José Honório Rodrigues vai mais além, e considera a capacidade interpretativa como vital ao historiador. Desse modo, a tarefa dos historiadores é uma contínua reinterpretação dos dados históricos. São palavras suas:

"Assim como a teologia protestante acha que a Bíblia deve ser sempre de novo interpretada, de acordo com as necessidades de cada época, assim também a História tem que ser sempre e sempre revista. Mesmo porque, como acredita aquela teologia, "o homem não é meio bom e meio mau, mas inteiramente as duas coisas e está sempre *sub ira* ou *sub gratia Dei*".[9]

Pode-se vislumbrar portanto no autor certo conhecimento e influência da hermenêutica bíblica, cujo grande mestre protestante foi Bultman.

No prefácio da obra História, Corpo do Tempo, José Honório afirma:

"Embora a História não seja uma ciência aplicada, ela é uma forma de conhecimento, uma interpretação dos nossos erros e virtudes, e serve de catarse social, especialmente nas horas de crise política, como a que vivemos. Nestes ensaios estudam-se os heróis libertadores, como o Alferes Tiradentes e Frei Caneca, e se aprendem os males dos regimes absolutistas e autoritários".

E acrescenta:

"O título do conjunto inspira-se em Shakespeare: "A verdadeira idade e corpo do tempo, sua forma e pressão". O corpo do tempo deve entender-se como a História, sua forma, seu estilo, as pressões que nela se exercem, a história viva, a fabricação histórica, a criação e a recriação, com os atores todos, os protagonistas e os deuteragonistas, os principais e os secundários...".[10]

Nessa mema obra, o autor volta a enfatizar a necessidade da interpretação histórica, escrevendo:

"A história não é o passado. A história é uma criação dos historiadores que sempre selecionam e julgam por conta própria, de acordo com sua concepção do mundo. Os fatos básicos não são

9. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 16.

10. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 12.

senão matéria-prima, os tijolos de construção. Eles não falam por si. Eles são, como dizia uma personagem de Pirandelo, um saco, que se enche como se quer. Não propriamente como se quer, pois mesmo desrespeitando o fetichismo dos fatos e dos documentos, o historiador tem obrigações para com os fatos: exatidão, seleção, relevância".[11]

E prossegue com a mesma força incisiva:

"A interpretação é o sangue da história. O historiador nem é escravo humilde, nem mestre tirânico dos fatos, mas está sempre engajado no processo contínuo de ajustar seus fatos à sua interpretação, e sua interpretação a seus fatos, de tal modo que a História — e não o passado — se torna um diálogo interminável entre o historiador e o fato, entre o passado e o presente.

Gerações de historiadores europeus marcharam, como lembrou E. H. Carr, a quem seguimos nestas considerações metodológicas, entoando as palavras mágicas de Ranke — wie es eingentlich gewesen (como realmente aconteceu) — como uma encantação, que visava, como todos os sortilégios, a salvá-los da obrigação cansativa de pensar por eles próprios".[12]

O verdadeiro historiador portanto, segundo José Honório, é aquele que adquiriu a capacidade de analisar e interpretar os dados e os acontecimentos históricos.

Também no prefácio da obra *Independência: Revolução e Contra--Revolução* o autor insiste no papel do historiador como intérprete dos fatos:

"O historiador não deve tratar somente de fatos, porém da significação que eles possuem. A história é uma estrutura carregada de valores, e para organizar a percepção do passado, a nossa lembrança cognoscitiva, temos que articular o inarticulado, estabelecer a interação dialética entre o que aconteceu e o que significou o acontecido. As dificuldades da reconstituição e da análise, as versões dos vitoriosos e derrotados — sempre mais dos primeiros que dos segundos, a relação entre a documentação de vária espécie e a "história" existencial mostram a preeminência, na profundidade e generalidade, das "verdades" da história sobre as da ficção, não importa que isso se contraponha à nota de Aristóteles na *Poética*. Tanto pior para Aristóteles. A história é uma poderosa construção ideológica, que pode modelar nosso sentido de identidade social, e o nosso futuro nacional ou o nosso propósito inicial. A história não é só um processo acumulativo de elucidação documentada, mas um conjunto integrado de "traduções" interpretativas. Quando

11. Rodrigues, José Honório, ibidem, 135.
12. Rodrigues, José Honório, ibidem, 135.

se consegue reunir ao fato reconstituído a interpretação, melhora-se a qualidade da história como apresentação lingüística do passado".

E conclui:

"Nossa tarefa é da maior importância: desmistificar a história, purificá-la ou limpá-la dos mitos e preconceitos. Nesse desmascaramento ela corre um risco, naturalmente, mas a pesquisa da significação matriz vale o esforço".[13]

É evidente que, ao tentar "desmistificar" a história, o historiador pode também, por sua ideologia, contribuir para a criação de novos mitos.

Embora urgindo a necessidade da interpretação histórica, José Honório reconhece que se trata de uma tarefa complexa e árdua: "Os embaraços da interpretação histórica resultam das concepções filosóficas, teológicas, das teorias, das visões do mundo de cada um".[14]

Nessa última afirmação está velado o corolário de que diversas são as interpretações possíveis da mesma realidade histórica.

1.5. *A interpretação oficial: Varnhagen*

A interpretação da História do Brasil predominante durante os últimos cem anos — e oficializada de certo modo nos textos e manuais escolares — se deve a Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro.

Na opinião de José Honório, essa interpretação foi feita sob uma ótica tipicamente conservadora. Afirma ele:

"A visão conservadora de nossa história — foi Varnhagen quem a estabeleceu com punhos de ferro. Esse germano — sorocabano, que já em 1857 manifestava sua antipatia ao nacionalismo, dizendo: "e sendo nós, mercê de Deus, dos menos partidários do incoerente sistema do patriotismo caboclo", frase que desaparece na edição de 1877, foi o principal responsável pelo escrito histórico-oficial, neutro, limitado e divorciado do presente".

E acrescenta em seguida:

"Oficial, porque sempre a razão de Estado estava correta, porque fingiu não tomar partido, mas sempre os vitoriosos estavam cer-

---

13. Rodrigues, José Honório, *Independência: Revolução e Contra-revolução,* Rio, Francisco Alves, 1975, 1 volume, Prefácio.

14. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo,* S. Paulo, Perspectiva, 1976, 22.

tos; limitado, porque lhe coube estabelecer aqueles limites temporais permissíveis a um tratamento histórico que, ultrapassados, faziam incorrer na pecha de diletantismo. Em resumo, a compreensão conservadora foi sempre tradicional no Brasil, e só recentemente sofreu os primeiros agravos. A ideologia dos historiadores foi sempre a apologia do passado e a conseqüente defesa do *status quo*.

Assim a razão de Estado, a razão conservadora, os grandes homens imperiais e republicanos explicam e conduzem o nosso processo histórico, onde falta sempre a presença do povo — visto como infecto, deseducado e errado, pois foram os seus pecados que originaram os nossos insucessos".[15]

Na *Explicação* que precede aos *Capítulos da História Colonial* José Honório cita textualmente as palavras de Capistrano de Abreu, numa crítica à visão histórica de Varnhagen:

"A História do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente. Os pródromos da nossa emancipação política, os ensaios de afirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares, encontram-no severo e até prevenido. Para ele, a Conjuração mineira é uma cabeçada, é um conluio; a Conjuração baiana de João de Deus, um cataclisma de que rende graças à Providência por nos ter livrado; a Revolução pernambucana de 1817 uma grande calamidade, um crime em que só tomaram parte homens de inteligência estreita ou de caráter pouco elevado. Sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna da forca ou do fuzil. Juiz de Tiradentes e Gonzaga, ele não teria hesitado em assinar a mesma sentença que o desembargador Diniz e seus colegas".[16]

Essa visão oficial da história, de natureza conservadora e elitista, dando relevo apenas à ação do poder dominante vitorioso, tendo sido iniciada por Varnhagen tem hoje em Pedro Calmon seu maior representante.

Escreve José Honório Rodrigues:

"Desde Varnhagen até Pedro Calmon as histórias gerais brasileiras não compreendem os sucessos populares, nem julgam as danações elitistas; malsinam as insurreições; evitam ou condenam as revoltas, dão as costas ao sertão; seus heróis são apenas as elites muitas vezes alienadas a interesses antinacionais; "biografizam" a história para personalizá-la em "estadistas" que não valem alguns heróis

15. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, 17.

16. Rodrigues, José Honório, *Explicação*, in Abreu, J. Capistrano de, *Capítulos da História Colonial*, Rio, Civilização Brasileira, 1976, XXXV.

do sertão abandonado; evitam as controvérsias e tem, pelo seu próprio partidarismo e oficialismo, um caráter mais político que científico".[17]

E em outro tópico afirma:

"A relativa indiferença que a história oficial brasileira, de Varnhagen a Pedro Calmon, revelou pelo negócio real da história econômica que não se enquadra na narrativa convencional, dominada pela miudeza da política pessoal, mostra como é necessário rever e renovar as forças de produção que influem nesta e nas gerações futuras".[18]

Esta interpretação histórica, cuja paternidade se deve ao visconde de Porto Seguro, foi de certo modo oficializada ainda na época imperial por Joaquim Manuel de Macedo, primeiro ocupante da cadeira de História do Brasil do Colégio D. Pedro II.

1.6. *A revisão histórica: Capistrano de Abreu*

Em oposição à historiografia oficial, cujo mestre foi Varnhagen, surgiu outro grupo que exigia a revisão ou renovação histórica, liderado por Capistrano de Abreu.

Após descrever a versão oficial da História do Brasil, José Honório afirma:

"Esta visão deformada de nossa história vem sendo totalmente revista, e o maior esforço para ajustá-la à realidade nacional foi feito por Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, e as novas correntes que abandonam o sentido colonialista e saudosista, valorizador do passado contra o contemporâneo, e que reconhecem o sentido progressista da história. Capistrano de Abreu escreveu em 1882 que a obra de Varnhagen só seria lida pelos profissionais e que o povo a desconheceria".[19]

Segundo o próprio Capistrano de Abreu, o visconde de Porto Seguro, preocupado simplesmente em dar relevo à obra de colonização e dominação luso-européia, olvidara ou omitira deliberadamente a história real da formação da pátira e do povo brasileiro, que tem sua base no sertão. Escreve ele:

"Na distribuição das matérias, quase nunca tomou como chefe de classe um acontecimento importante, mas fatos muitas vezes

17. Rodrigues, José Honório, *História e Historiadores do Brasil*, Rio, Fulgor, 1965, 10.

18. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 19.

19. Rodrigues, José Honório, *História e Historiadores do Brasil*, Rio, Fulgor, 1965, 10.

inferiores, demissões de governadores, tratados feitos na Europa, morte de reis etc...

Sob as mãos de Varnhagen, a história do Brasil uniformiza-se e esplandece: os relevos arrasam-se, as características misturam-se e as cores desbotam. Vê-se uma extensão, mas plana, sempre igual, que lembra as páginas de um livro que o brochador descuidoso repete. E todavia, mesmo as pessoas que desconhecem a história pátria infinitamente menos que Varnhagen, percebem que as épocas se sucedem, mas não se parecem, e muitas vezes não se continuam". [20]

Existem portanto duas vertentes principais de interpretação da história do Brasil. Uma vinculada diretamente a Varnhagen, na qual a contribuição luso-européia tem aspecto dominante. A segunda vertente tem sua origem no pensamento e na obra de J. Capistrano de Abreu, cujo discípulo mais destacado foi Afonso d'E. Taunay, o historiador das bandeiras paulistas.

Nessa segunda visão histórica, a preocupação é interpretar a formação do território e da pátria brasileira através da conquista do sertão e da miscigenação racial, que deu origem ao espírito nativista de cunho mameluco ou caboclo.

Na *Nota liminar* à obra *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, de Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues assim se expressa a respeito do seu conteúdo:

"Escrito em 1899, sete anos antes dos Capítulos, este estudo não é somente inovador e original, como preparatório do segundo, onde, pela primeira vez se destacará o papel do sertão na história do Brasil. Basta dizer que no fim do século pouco se sabia da obra bandeirante, da conquista do sertão, dos caminhos de ligação, terrestre ou fluviais, do gado, da gente do sertão".

E continua com esta observação:

"Joaquim Manuel de Macedo, que ensinou durante tanto tempo história do Brasil no Colégio Pedro II, a primeira cadeira oficial de ensino da história pátria, não colocou em seu livro nenhuma palavra sobre o sertão, as bandeiras, o gado, a expansão territorial. Assim ensinava-se a história do Brasil. A culpa vinha de Varnhagen, cuja *História Geral do Brasil* fora abreviada didaticamente por Joaquim Manuel de Macedo, e que escrevera um capítulo pífio, assim denominado pelo próprio Capistrano, sobre as "Minas de Ouro e Diamantes", o único que compreendia o grande assunto,

20. Abreu, J. Capistrano de, *Ensaios e Estudos*, 1.ª série, Rio, Civilização Brasileira, 1975, 2.ª ed., 140.

o maior de todos, na história colonial. Assim, o maior livro esquecera o maior capítulo".[21]

Aliás, a 17 de abril de 1890, em carta a Rio Branco, o próprio Capistrano expressara esta idéia:

"Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a história do Brasil... Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebro os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base do nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas".[22]

Com a obra *Caminhos Antigos e Povoamento*, Capistrano dava novo rumo à historiografia nacional. José Honório Rodrigues assim destaca sua importância:

"Foi portanto, este estudo, ao depois desenvolvido nos *Capítulos de História Colonial*, que abriu aos estudos o assunto que iria se desenvolver numa enorme, erudita e substanciosa historiografia e bibliografia. Este ensaio de 1899 é um padrão de renovação histórica e representa para a nossa historiografia papel semelhante ao que significou o de F. Turner, *The Frontier in American History*, de 1893. Com um só estudo renovava-se todo o espírito de nossa historiografia e se estimulava a investigação e o esclarecimento de uma área nova desconhecida, abandonada".

E em seguida prossegue, salientando o significado da obra de Taunay:

"A investigação das bandeiras sofreu desde esse momento um impulso novo e o nosso saber histórico alargou-se imensamente até desabrochar neste monumento de erudição que foi a *História Geral das Bandeiras Paulistas* (S. Paulo, 1924-1950, 11 vols.) por Afonso d'E. Taunay, discípulo querido de Capistrano de Abreu, erudito investigador não esquecido pelos estudiosos do Brasil".[23]

---

21. Rodrigues, José Honório, *Nota liminar*, in Abreu, J. Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1975, XII-XIII.

22. Abreu, J. Capistrano de, *Capítulos de História Colonial*, Rio, Civilização Brasileira, 1976, XI-XII.

23. Rodrigues, José Honório, *Nota liminar*, in Abreu, J. Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1975, 4.ª ed., XIII.

2. O modelo hermenêutico de José H. Rodrigues

Em seus estudos de História do Brasil, José H. Rodrigues procura ser fiel à norma básica que exige do historiador não apenas uma apresentação dos fatos, mas a sua interpretação.

Nesta segunda parte do estudo, queremos focalizar os principais princípios que orientam a interpretação da História do Brasil adotada pelo autor.

Aliás, ele não faz segredo de que sua visão histórica é essencialmente interpretativa.

Ao escrever o prefácio da obra *Conciliação e Reforma no Brasil*, datado de setembro de 1964, ele afirma:

"Este livro nasceu do mesmo quadro de cogitações que produziram as *Aspirações Nacionais*.

Espero que este livro represente uma tentativa de compreensão do quadro presente brasileiro, com os instrumentos históricos, e signifique mais uma pedra para a construção de uma ponte, não de ouro, que Nabuco de Araujo planejou para permitir apenas a comunicação das elites brasileiras, mas de aço pela qual atravessem todos os brasileiros a fim de se associarem na obra de modernização do Brasil".[24]

Também no prefácio de *Vida e História*, datado de 1 de janeiro de 1966 José Honório não faz mistério de sua visão interpretativa:

"Estas páginas tratam das várias correntes que nos podem ajudar a encontrar e aceitar o sentido da direção da História, e conseqüentemente, uma visão construtiva do passado e do futuro, já que são tantos, tão variados e coloridos os seus caminhos".[25]

Ao publicar *História, Corpo do Tempo* ele ressalta seu conteúdo interpretativo, escrevendo no prefácio, em janeiro de 1973:

"Resumo neste volume uma nova série de estudos e ensaios... Todos estão ligados pelo mesmo espírito de interpretação, a mesma paixão pela história inteira do Brasil... Espero que este volume, como outros que tenho publicado, ajudem a sugerir leituras, a provocar reflexões, a definir caminhos e vocações".[26]

Não obstante, o fato de optar por uma história interpretativa não significa compromisso partidário.

---

24. Rodrigues, José Honório, *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1965, 9-10.

25. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, Prefácio.

26. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 11-12.

No prefácio da segunda edição da obra *Brasil e África: Outro Horizonte*, publicado em 1964, José Honório faz questão de definir bem claro sua posição:

"Reafirmo o que já escrevi na introdução da minha primeira edição sobre minha não filiação partidária, minha simpatia por todos os povos, independentemente de raça ou religião, a prioridade que se deve dar aos interesses nacionais, e que só reconheço como Mãe Pátria o Brasil. Neste sentido, de defesa apenas e sobretudo dos interesses nacionais, este livro é nacionalista".[27]

A necessidade de interpretação histórica para José Honório tem raízes mais profundas, e coaduna-se evidentemente com a posição filosófica que o autor assume diante da vida.

Em *Vida e História* José Honório escreve:

"As relações da História com o presente, da História com a Vida a Ação têm sido tratadas por filósofos, pensadores e historiadores. É a História um poder ativo que determina ou condiciona o presente, que nos sugira meios de ação, *agens* ou *potentia* de vida?".

E declara em seguida, como resposta:

"Inicialmente não devemos esquecer que o passado é um conceito temporal, sempre representado por um caos e que nós, os historiadores, é que o transformamos em produto espiritual. Não esqueçamos também que Karl Marx falou na *Ideologia Alemã* das "potências do passado" que agem com força sobre nossa vida e nossa ação... A tradição de todas as gerações mortas pesa de maneira muito forte sobre o cérebro e a consciência dos vivos".[28]

Pode-se falar de um verdadeiro modelo hermenêutico adotado por José H. Rodrigues em seus estudos históricos.

Nesse modelo interpretativo, podem ser indicados seis princípios básicos.

Os três primeiros têm maior vinculação com o revisionismo histórico, tema tantas vezes ressaltado pelo autor. Podem ser enunciados da seguinte maneira: primeiro, equilíbrio entre a cultura dominante e a cultura oprimida; segundo, valorização da contribuição popular; por último, abertura para o aspecto social e econômico. Essas normas seriam básicas para uma releitura ou nova interpretação do nosso passado histórico.

Os três outros princípios, intimamente ligados entre si, estão mais orientados para a realidade atual. São eles: conexão entre o pas-

27. Rodrigues, José Honório, *Brasil e África, outro horizonte*, Rio, Civilização Brasileira, 2.ª ed., 1964. Prefácio.
28. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 3-4.

sado e o presente, vinculação entre história e vida, e a afirmação da história como instrumento de transformação social. Esses princípios salientam o conhecimento histórico como forma de análise da atualidade, e por conseguinte como meio eficaz de ação.

2.1. *Equilíbrio entre a cultura dominante e a cultura oprimida*

Segundo José Honório a História do Brasil divulgada e oficializada apresenta uma grande lacuna, por ser extremamente parcial: defende apenas a cultura dominante das elites.

"A História que conhecemos não é senão uma versão muito duvidosa, construída para satisfazer interesses de classes e grupos dominantes".

Existe portanto no Brasil uma cultura dominante, sustentada e imposta pelas elites, e uma cultura oprimida, de raízes nitidamente populares.

Em suas *Reflexões sobre os rumos da História*, ele declara:

"Na historiografia brasileira predomina a razão incontrastável do Estado, do vitorioso. É preciso que restabeleçamos o equilíbrio, ouvindo e incorporando vencedores e vencidos...

É o espírito da verdade, buscada sem temor; é a compreensão de que o objetivo da História é dar sentido ao passado; é conhecer e compreender não para contemplar um passado morto, mas para agir, para libertar as consciências, para dar força às forças do progresso, para identificar e integrar o país todo com sua história e seu futuro, essa é a tarefa da História".[29]

Essa tarefa de buscar um equilíbrio entre vencedores e vencidos, valorizando a atuação destes últimos é exercida mediante o revisionismo histórico. A esse respeito, José Honório se expressa da seguinte maneira:

"A primeira tarefa da história combatente é rever a realidade histórica, esquadrinhar todos os aspectos daquela falsa idealização com que se tem apresentado o passado. O revisionismo se opõe à ortodoxia. É um movimento independente, um desenvolvimento criador e interpretativo, que restabelece o contato entre a teoria e a prática, abandona os mitos pela realidade, não cancela (sic), antes enfrenta as condições ortodoxas, desde os figurões, desafia a oligarquia, não despreza as ideologias e não considera historica-

29. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 21.

mente necessárias a injustiça social, a privação econômica, o desatendimento educacional e sanitário".

E conclui em seguida:

"O revisionismo tem de buscar fatos e conexões novas inspiradas nas exigências interrogativas do presente e na vivência de repente descoberta de coisas passadas. O revisionismo busca novos valores e não acredita somente nos vitoriosos, pois sabe que os vencidos e derrotados fazem parte do processo e não podem ser eliminados, a menos que se liquide parte da história".[30]

Uma interpretação da História do Brasil que defenda apenas os interesses dos grupos dominantes apresenta-se evidentemente como facciosa.

Por isso José Honório Rodrigues defende a necessidade de se criar uma nova visão histórica que leve em consideração também a contribuição das massas oprimidas e da cultura por elas criada e defendida. Segundo ele, estes são valores genuinamente nacionais.

Em *Aspirações Nacionais* o autor enfatiza também este aspecto:

"Os males da nossa história advêm da oligarquia, das minorias dominadoras que querem evitar a opção pelo progresso, a libertação do povo e da nação de todas as servidões. Ela quer impedir o fim dos seus privilégios e o começo imediato da História, com futuro. As minorias dominadoras são alienadas, detestam nossa realidade e vivem no mundo europeu, ou euro-americano, sob padrões alienígenas; jamais reconhecem como o poeta:

"Quem me fez assim foi minha gente e minha terra
E eu gosto bem de ter nascido com essa tara.
Para mim, de todas as burrices, a maior é suspirar pela Europa".

Porque suspiram pela Europa — e amam todos os Poderes maiores — aspiram as minorias a manter o *statu quo*, evitando a reforma e a sua urgência".

E continua, na mesma linha de pensamento:

"Incapazes de distinguir com clareza os interesses nacionais permanentes, buscando nas fórmulas jurídicas as soluções imediatistas e transitórias, persistem em coexistir, no temor e no erro, com o povo. Nossa história, de evolução muito lenta até recentemente, se compõe de pequenos sucessos, fruto mais da paciência, da persistência, do otimismo, do estoicismo do povo, que do jeito ou habilidades da minoria dominante. Esta encontra no compromisso

30. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 16.

político um meio de ludibriar o povo e de desviar o processo histórico do caminho do progresso e da justiça social".[31]

Somente mediante uma ampla valorização da cultura popular poder-se-á chegar ao desejado equilíbrio entre cultura dominante e cultura oprimida.

2.2. *Valorização da contribuição popular*

A valorização da contribuição popular é um corolário necessário do princípio anterior. Também este constitui um dos aspectos básicos no modelo hermenêutico do autor.

Segundo ele, até o presente a História do Brasil valorizou principalmente a contribuição das elites que estavam no poder, destacando como heróis e benfeitores da pátria os vultos que sustentaram e defenderam as posições conservadoras.

Urge agora fazer uma História do Brasil em que se considere o povo como verdadeiramente atuante. Esta é uma das tarefas do revisionismo histórico. A esse respeito, assim se exprime José Honório:

"O revisionismo que interpreta e reinterpreta o passado na sua significação presente, que combate a mumificação de estadistas e realça a contribuição popular, pode ser, de certo modo, resumido na lição de Michelet." Na história, dizia ele a seus alunos, "é como o romance de Sterne: o que se fazia no salão, fazia-se na cozinha".[32]

O próprio estudo da lingüística, segundo ele, pode servir para detectar a dominação das elites sobre a cultura popular. São palavras suas:

"Para o historiador, um dos aspectos mais valiosos do estudo da lingüística está na relação entre língua e sociedade, no passado como presente.

Há uma guerra de falares no Brasil como em Portugal, que distingue as classes das duas sociedades. Assim como não há paz cultural nas sociedades, não há paz lingüística. Antes, há uma guerra implacável, que exclui mutuamente grupos sociais, separados já pela estrutura de classe, pela educação, pela renda...

A fala não está unindo, está dividindo a sociedade, está separando o pouco de comum que existe entre uma pequena minoria alta-

---

31. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, 4.ª ed., 192-193.

32. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 15.

mente cultivada e uma maioria brutalizada, conscientemente brutalizada para maior subjugação política".[33]

As raízes do nativismo brasileiro estão na miscigenação racial, e a contribuição popular pode ser designada como mestiça, mameluca ou cabocla.

Por isso, José Honório fala por vezes em suas obras em uma cultura e um nacionalismo caboclo.

Referindo-se à Confederação do Equador, ele indica esse nacionalismo como um dos aspectos básicos para a compreensão desse episódio:

"Revelou a força do nacionalismo caboclo, que significa especialmente dois princípios: primeiro, que a grande maioria do povo brasileiro é cabocla, seu substrato ético é mestiço. É esse o agente principal de atuação histórica e o mais importante fator de identidade e estabilidade nacional. Segundo, como conseqüência do primeiro, quando se visa atender a esta gente, se atende implicitamente ao elemento básico do interesse nacional".[34]

Não obstante, esse sentimento nativista e nacionalista, esboçado nas lutas pela Independência, não teve até o presente as condições para desabrochar e amadurecer, sufocado com freqüência pelas tendências conservadoras das elites luso-brasileiras.

Para José Honório, o verdadeiro nacionalismo é aquele que visa atender as aspirações do povo e dar-lhe verdadeira participação na vida social e no processo decisório da nação.

Em *Aspirações Nacionais*, assim se expressa o autor:

"Só com a real soberania popular o governo se nacionalizará e os interesses nacionais serão prioritários, para benefício do povo e não de poderosos grupos econômicos. A libertação do governo das minorias alienadas e de seus agregados, os caiados, que já em 1817 se colocavam ao lado da antiindependência, apenas se inicia...

Por isso, as vitórias populares são lentas, pequenas e sofridas. A conseqüência é a ameaça de lançar o autêntico radicalismo, o verdadeiro nacionalismo brasileiro nos braços do libertarismo anárquico, especialmente depois que o nosso processo democrático foi interrompido pelo liberticismo. Desde 1964 dois problemas políticos se agravaram: a relação instável entre o governo e a sociedade, e a alterada distribuição de poder no próprio governo".[35]

---

33. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 24.
34. Rodrigues, José Honório, ibidem, 132.
35. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, 4.ª ed., 192-193.

E conclui com as seguintes considerações:

"As legítimas apirações do povo brasileiro são também as legítimas aspirações do Brasil, e sua interpretação deve inspirar-se não nos interesses dos poucos privilegiados do *statu quo*, que escamoteiam o processo histórico, nem dos reformistas demagógicos que, sob a pressão dos fatos, barganham concessões, nem dos antinacionalistas, nem dos alienados, quer os que não vêem nunca o Brasil, quer os que só o vêem com lentes emprestadas, dogmaticamente pré-fabricadas fora do país. Estas lentes podem e devem ajudar-nos, como um instrumento de análise, mas a palavra final surge dos próprios brasileiros, inspirados no nacionalismo, nos interesses e objetivos nacionais, no bem público comum". [35]

Em conclusão, o nacionalismo autêntico não é aquele criado ou imposto pelo Estado ou pelos que dominam o poder, mas sim o que corresponde verdadeiramente às aspirações do povo brasileiro em relação a uma maior participação na vida do país.

2.3. *Ênfase no aspecto social e econômico*

Para uma verdadeira interpretação histórica, é necessário que o historiador tenha suficiente conhecimento dos aspectos socio-econômicos que condicionam os próprios fatos políticos.

Escreve José Honório:

"Ninguém pode realmente cultivar seriamente a História se não souber, ao lado do método, da crítica, da orientação na pesquisa, da evolução da Historiografia, as relações, as contribuições, os auxílios que as várias Ciências Sociais podem prestar à História.

Um historiador deve manter-se em dia com estas disciplinas, buscando tudo que possa servi-lo para melhor realizar suas tarefas históricas".

E acrescenta:

"Os historiadores sabem como podem lucrar com os avanços objetivos das Ciências Sociais. Depois de 1930, muito se desenvolveram as pesquisas e estudos sociais, econômicos e políticos, representando uma contribuição verdadeiramente extraordinária para a síntese — integrativa que cabe à História realizar, ainda que provisoriamente.

Deste modo os historiadores transformam as Ciências Sociais em auxiliares da interpretação histórica, como seria atualmente não

---

36. Rodrigues, José Honório, ibidem, 192-193.

só a psicologia, mas a própria psicanálise, que nos serve como uma categoria de compreensão histórica, instrumental, não causal".[37]

Nossa visão histórica tradicional, segundo o modelo Varnhagen, foi marcadamente política. Essa era a tônica dos antigos manuais de História do Brasil.

Capistrano de Abreu procurou ampliar o panorama, dando grande destaque aos aspectos sociais.

Embora vinculado por simpatia especial a Capistrano, José Honório é um historiador de tendência tipicamente política. Sobre ele, escreve Álvaro Lins:

"Espírito caracterizadamente político, José Honório Rodrigues tornou-se historiador, talvez porque de todos os gêneros da palavra escrita, é a história a que melhor se entende com a Política, como já observava José Veríssimo, num dos seus estudos críticos sobre Joaquim Nabuco. E o que singulariza efetivamente este historiador... é a emoção, a paixão, a sensação de atualidade com que revive acontecimentos históricos e fenômenos sociais do passado".[38]

Não obstante, ele soube sempre enfatizar a necessidade de uma abertura para os aspectos sócio-econômicos.

Assim, por exemplo, valoriza altamente o trabalho desenvolvido por Capistrano de Abreu nessa área, afirmando:

"Suas introduções à *Primeira Visitação do Santo Ofício. Confissões e as Denunciações da Bahia, 1591-1592* (S. Paulo, 1922 e 1925, sendo a primeira reproduzida pela Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1935) são empresas inigualáveis pela pesquisa nova e original que abria um novo campo de estudo, quase sempre envolvido pela escondida discriminação — que ele rompia — como porque era um retrato que até então não se fizera da sociedade colonial, da psicologia dos povos, no primeiro século do Brasil. Novamente pioneiro, como sempre".[39]

Da mesma forma, ressaltou ele a valiosa contribuição para os estudos históricos dada por Gilberto Freyre e Caio Prado Junior, o primeiro com ênfase no aspecto social, e o segundo no aspecto econômico.

Aliás, também ele procurou definir as características do povo brasileiro, com a seguinte justificativa:

---

37. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 20,22.

38. Lins, Álvaro in Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, 4.ª ed., Contracapa.

39. Rodrigues, José Honório, *Nota liminar* in Abreu, J. Capistrano de, *Ensaios e Estudos*, 2.ª série, Rio, Civilização Brasileira, 1976, 2.ª ed. XI.

"A caracterização nacional não foge assim, à tarefa histórica. Não é possível compreender a sociedade ou a política partindo delas, mas sim de seus próprios desenvolvimentos históricos. A mais importante contribuição de Riesman analisada num vasto exame crítico, consistiu em ter observado, no caráter, a tendência para a mudança. E esta não pode ser vista sem a história, sem as variações históricas, no jogo dinâmico do permanente-variável. O historiador deve enfrentar o assunto, e não abandoná-lo aos antropólogos e sociólogos que, se adiantaram o conhecimento do problema, não o resolveram".[40]

No volume *História Corpo do Tempo* há duas contribuições para a história econômica do Brasil: *Holanda e Portugal, um paralelo entre dois mundos* e *História e Economia. A Década de 1870 a 1880.*

Existem diversas outras contribuições históricas de José Honório na área de estudos sócio-econômicos.

Mas o que importa aqui sobremaneira ressaltar é que para esse autor os componentes sócio-econômicos são indispensáveis numa correta interpretação histórica.

2.4. *Conexão entre o passado e o presente*

Uma das preocupações básicas dos estudos de José Honório Rodrigues consiste em ressaltar a necessidade de relacionar os fatos e os acontecimentos de epocas anteriores com a situação atual do país; em suma, colocar em evidência os nexos existentes entre o passado e presente.

Em sua obra *Vida e História*, José Honório declara:

"Venho repetindo desde a segunda edição de *Teoria da História do Brasil* que precisamos preparar o professorado e a juventude com uma história que mantenha viva a conexão com o presente".[41]

Já em um de seus primeiros estudos, publicado como artigo entre 1945 e 1947, e reeditado na obra *Notícia de Vária História*, o autor coloca com clareza seu pensamento sobre a necessidade de estudar o passado à luz dos acontecimentos presentes, buscando nos acontecimentos anteriores, uma melhor compreensão da situação presente.

Eis como ele se exprime:

"Nas épocas de lenta transformação social há uma tendência a considerar as formas sociais de comunhão humana, então corrente,

---

40. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, 5.
41. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 17.

como eternas. Perde-se, nesse caso, facilmente o sentido da história...

Realmente nas fases revolucionárias, como a que vivemos hoje, a variabilidade das formas sociais torna-se aparente e a história é então namorada pelos que desejam conhecer as origens e a evolução da vida humana e de suas instituições. Toda a história, quando a vemos pelo prisma da agonia mundial, torna-se então, história contemporânea, pois para combater é preciso ter confiança na causa que defendemos, e esta confiança tem suas raízes no passado histórico. Uma nação não é somente um grupo humano a defender um passado, mas também um grupo que participará de um futuro comum".

Em seguida, faz a aplicação desse princípio para a situação histórica concreta:

"Nessa hora, desde os mais indiferentes aos mais alertas, todos sentimos a significação da nossa vida passada em comum e do nosso futuro, que pretendemos seja também comum...

Se alguns podem negar a esta história *statu nascendi*, direito à vida, poucos poderão negar que na história *post-mortem* se julga o que aconteceu como a única coisa que poderia ter acontecido.

Desta atitude de devotado exercício à história presente poder-se-ia extrair uma lição de conseqüente vantagem para nós.

Quando os ditadores modernos inauguraram os serviços oficiais de informação, o que de fato pretendiam era fraudar a história.

De nada ou pouco nos valeria, no entanto, combater aquela literatura com a de contrapropaganda, porque esta traria em si própria as mesmas potencialidades de erro e inverdade.

A boa atitude que se extrai da possibilidade de fazer história *statu nascendi* no Brasil seria a adoção de processos científicos histórico-sociológicos que procurassem descrever as tendências e a atualidade do nosso processo social, econômico e político.

As três principais vantagens que logo se apresentam seriam: 1) corrigir os erros e inverdades da literatura dirigida sem cair nos seus próprios métodos; 2) apresentar à nação um retrato vivo de suas necessidades e de sua situação histórico-sociológica; 3) servir à futura história da nossa época com relatórios do que pareceu aos próprios contemporâneos como suas principais tendências".[42]

---

42. Rodrigues, José Honório, *Notícia de Vária História*, Rio, Livraria S. José, 1951.

Também em sua obra *História Corpo do Tempo*, José Honório ressalta a posição já assumida em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, insistindo em vincular a História com a realidade presente:

"Relembro o que escrevi em *A Pesquisa* sobre a relação íntima entre o desenvolvimento dos arquivos, preservação documental, a pesquisa e a hora histórica criadora. A disciplina "Introdução à História", na falta de outras, que seriam outros focos de energia combativa, continua a ser uma das poucas fontes de inspiração para a defesa de tantas aspirações dos historiadores".[43]

O estudo do passado, portanto, adquire maior dimensão quando nos ajuda a interpretar e compreender melhor o presente; por sua vez, o momento presente é vislumbrado com maior clareza à luz dos acontecimentos passados.

2.5. *Vinculação entre a História e a vida*

A conexão entre passado e o presente é apenas um aspecto da abordagem histórica. O historiador deve ir mais além, e indicar as vinculações existentes entre a história e a realidade vivida. É o que ele enfatiza sob o título de *História e Vida*.

Por conseguinte, o historiador deve estar comprometido com o momento histórico em que vive. José Honório o declara explicitamente:

"Durante muito tempo, predominou a idéia de encarar o engajamento como um deslize ético. Não era possível engajar-se, o historiador era neutro... Mas é uma ilusão a crença no desengajamento, na atitude neutra, pois desengajamento só exige um possível, o final, o desengajamento da vida, que é a morte".[44]

Ao publicar em 1966 *Vida e História* o autor mostrava a utilidade do conhecimento histórico para uma tomada de posição diante da vida e da realidade atual:

"Nas sociedades do terceiro mundo, nas sociedades latino-americanas, no Brasil, o arcaico tem dominado o processo histórico...

Em nossa História, como mostramos em *Conciliação e Reforma* (1965), na luta do passado contra o presente, a farsa domina. A ressurreição dos mortos, os fantasmas e os espectros travam o processo histórico e impedem a vitória do novo e do jovem. Daí os zeros da História, quando temos de refazer tudo, ao contato do vivo no passado e do presente vivo".[45]

43. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 19.

44. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 11.

45. Rodrigues, José Honório, ibidem, 7.

Ao término de suas *Reflexões sobre os Rumos da História*, José Honório assim se refere à sua obra *Vida e História*:

"Todas estas considerações visam relembrar a estreita ligação da história e da vida. Toda História deve servir à vida, deve ser compromisso, testemunho, como escrevi em *Vida e História*. Richard H. Tawney escreveu que o historiador dá uma aparência de inevitabilidade a uma ordem existente, levando para a proeminência a força vitoriosa e empurrando para o fundo da cena os que foram por ela engolidos.

Aí está a história escrita pelo historiador dos grupos dominantes; mas esta não é, em essência, a tarefa do historiador. Ele não deve subestimar a oposição, o inconformismo, a rebeldia, a heterodoxia. Os derrotados sempre influem no resultado, considerando o processo histórico a longo prazo..."

E conclui com esta observação judiciosa:

"Tudo isto constitui máxima familiar ao historiador, mas na verdade não o tem sido".[46]

2.6. *A História como instrumento de transformação social*

O último aspecto que queremos ressaltar no modelo hermenêutico de José Honório Rodrigues é a sua eficácia. Segundo ele, o conhecimento histórico não se reduz a um puro academismo, mas a verdadeira interpretação histórica conduz necessariamente a uma tomada de posição diante da situação atual, e oferece as bases e os critérios para um trabalho sólido e eficaz de transformação social.

Após descrever a linha tradicional de interpretação da história do Brasil, José Honório acrescenta:

"Retificar as interpretações de nossa historiografia, oficial e acadêmica, pô-la a serviço do povo e da pátria é a grande tarefa que as novas gerações esperam. Com ela faremos da História, nesta fase de nossa evolução, um instrumento legítimo de defesa das aspirações nacionais e da emancipação da Pátria. Uma história a serviço de nossa gente e de nossa terra".[47]

E, ao falar da necessidade de renovação dos estudos históricos, o autor declara:

---

46. Rodrigues, José Honório, *História Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 38.

47. Rodrigues, José Honório, *História e Historiadores do Brasil*, Rio de Janeiro, Fulgor, 1965. Prefácio.

"Especialmente para quem deseja, como eu desejo, não só interpretar de novo a História do Brasil, mas transformá-la. Para que ela seja, como deve ser, um instrumento de formação da consciência nacional, de identificação e integração nacional e social, um fator decisivo de progresso e desenvolvimento. A História, como ensinava Huizinga, tem sempre um valor potencial".[48]

Em outra de suas obras, afirma ele que a necessidade de conceber a história como instrumento de transformação social é tanto mais urgente tendo em vista o peso da tradição conservadora e mantenedora do *status quo* no Brasil. Eis suas palavras textuais:

"A monotonia de nossa história política, sempre conservadora, anti-reformista, conciliatória — formal, conspiratória — militar, com seus *hiatus irrationalis*, suas marchas e contramarchas, dominantemente contra-revolucionária e não revolucionária, no sentido não puramente militar, mas social-político, com a via dolorosa do espírito civil, sempre ameaçado pelo consentimento ou proibição militar, revela ainda mais a exigência da revisão das idéias e dos valores ao lado da revisão factual que a rotina antiquária sempre promove".[49]

A História, portanto, deve ser criadora de novos valores, conforme escreve ele no prefácio de *História, Corpo do Tempo*:

"Cena invisível, poema ilimitado, a História compreende tudo o que é humano, toda criação: a História é seleção, e nela não devem entrar somente a seleção de antigüidades, os fatos triviais, os valores fragmentados, as porções mortas.

O Corpo do Tempo, a História, pode não ser heróico, nem disciplinado, mas é sempre criador, não só de bens materiais, como de valores espirituais e morais. Os fatos históricos que formam o Corpo do Tempo não são os acidentes, crimes, diversões, futebol, particularidades dos maiores e dos menores. Tudo isso são fatos passageiros, transitórios, que morrem ao nascer, sem conseqüências futuras, apesar da sua predominância na vida nacional atual. A História é composta de fatos criadores do futuro, e não dos que enchem apenas o presente".[50]

A esse respeito, é muito sugestiva a perspectiva dos diversos autores diante dos fatos históricos, proposta por José H. Rodrigues. Segundo ele, as posições ideológicas dos historiadores podem ser sintetizadas em três principais: compromisso com uma facção

48. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 16.

49. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 18.

50. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 13.

política; busca da neutralidade, que em geral envolve compromisso com o poder dominante; finalmente, identificação com as aspirações populares e nacionais.

São suas as afirmações seguintes:

"Na verdade, é preciso distinguir as variedades das posições: história partidária, história neutra e história combatente.

Na primeira, ainda dominantemente minoritária, há um compromisso ideológico com um partido, com uma facção, e há inclusive a disposição do historiador para favorecer o combate, a revolução; na segunda finge-se uma neutralidade inexistente, evita-se o combate, a luta, mas não se foge aos compromissos gerais com os beneficiários do *status quo*, dos quais os historiadores são aliados evidentes ou disfarçados. Esta é a posição dominante em todo o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, em todo o terceiro mundo, pois a historiografia está na cabeça e não nas mãos das elites dominantes.

Finalmente, a terceira posição é a que surge no mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento, ela não quer o combate total, mas simplesmente intelectual, e não se engaja, nem se compromete com os valores da sociedade dominante do Ocidente enfim... Ela quer, como as primeiras, ajudar a vitória das forças novas, sem compressão totalitária e preservando o sistema democrático, um compromisso que não é essencial para a primeira posição".

Em seguida, José Honório explica melhor a gênese desta terceira posição:

"Para a formulação desta concepção combatente da História, que parece dia-a-dia ganhar maior adesão, concorreram não somente a Segunda Guerra Mundial, a bomba atômica, a exploração do sistema interplanetário, mas ainda, a consciência do desenvolvimento econômico e as crescentes aspirações populares".

Mais adiante acrescenta:

"O quadro da realidade sofria grandes alterações e cabia ao historiador, em sua função espiritual, valorizar a integridade humana, iluminar o presente e ajudar a compreender, como disse Toynbee, o destino do homem. Mas se os historiadores do campo da historiografia desenvolvida sentiam-se na necessidade de renová-la, na hora das descobertas espaciais, muito mais combativa tinha que ser a história dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, tão perturbada pelos historiadores-meninos na imaturidade jovem ou meninos na debilidade arcaica.

Perturbam-nos ainda os males da sub-historiografia, entrincheirada em algumas cátedras universitárias, antiquária, meramente des-

critiva dos fatos, personalista, elitista, conformista, subserviente, comprometida, enfim, improdutiva ou contraprodutiva nos seus efeitos compreensivos ou ativos".[51]

É preciso portanto, saber ler a realidade histórica que jaz sob o domínio da sociedade imperante, para alimentar as forças e o dinamismo de transformação social:

"Por isso mesmo voltamos ao tema da realidade da história, para lembrar que a realidade histórica, tal como existe hoje, produz, fabrica uma diferente consciência da própria realidade, que é em si mesma um fator de transformação".[52]

Somente quando o conhecimento histórico é utilizado como instrumento eficaz de transformação social, a missão do historiador se realiza plenamente:

"A história existe na escala do presente, é uma força de transformação. É uma vivência que serve especialmente para fabricar um destino. A história serve para transformar o mundo".[53]

Nessa mesma linha de idéias, o autor faz ainda as seguintes considerações:

"A tarefa essencial e mais difícil do historiador é a seleção, que significa um julgamento; nós não acreditamos, como Ranke, que os fatos da história são somente aqueles que realmente aconteceram. É certo que o conhecimento e a compreensão não devem incluir-se pela negação, mas pela ação. A história é mais ação que contemplação. Este era o ponto de vista dominante de Capistrano de Abreu, influenciado por certo antiintelectualismo histórico. Mas um historiador progressista está consciente da multiplicidade das forças, e sabe hoje que a nossa história não deve ser vista somente como resultado do consenso do povo, mas também do conflito, factual ou de ideais.

Sabe, sobretudo, o fato histórico, é aquele que é eficaz, isto é, que produz ou produzirá efeitos, como procurei mostrar na minha *A Pesquisa histórica no Brasil*".[54]

Na medida em que o historiador não está comprometido ideologicamente com um partido, e não faz da história mero instrumento político-partidário terá mais serenidade para ressaltar os valores do passado que devem ser preservados e os novos valores

51. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 11-12.
52. Rodrigues, José Honório, o. c., 7.
53. Rodrigues, José Honório, o. c., 5-6.
54. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 96.

que devem ser dinamizados. Daí a ponderada consideração de José Honório:

"Na hora da transformação, uns querem conservar demais e outros querem desembaraçar-se de tudo. Um e outro são brados infrutíferos, pois estão ambos fora das fronteiras da vida e da história. Os momentos frutíferos, criadores, são aqueles em que se ajusta o equilíbrio entre as duas forças".[55]

3. Os exemplos práticos de interpretação

Analisamos na parte anterior os princípios básicos do modelo hermenêutico de José Honório Rodrigues.

Nos diversos estudos e volumes já publicados sobre Historiografia do Brasil, José Honório dá enfase principalmente aos três primeiros princípios: equilíbrio entre vencedores e vencidos, valorização da contribuição popular e abertura para o social e econômico.

Estes princípios constituem o conteúdo principal da linha de revisionismo histórico propugnada pelo autor.

Os outros três princípios, relacionando a História com a atualidade, com a vida e com a transformação social constituem a espinha dorsal das obras nas quais o autor apresenta uma interpretação histórico-política da época moderna (*Aspirações Nacionais, Conciliação e Reforma no Brasil*), ou das coletâneas de estudos em que enfatizam também os aspectos filosóficos da interpretação histórica (*Vida e História, História, Corpo do Tempo*).

A seguir, queremos indicar alguns exemplos típicos da visão histórica de José Honório: a interpretação da Independência, a interpretação do Império, a interpretação da República, a interpretação dos anos *60*, e finalmente, uma interpretação geral da História do Brasil.

3.1. *A interpretação da Independência*

Um dos períodos da História do Brasil que recebeu até o momento maior atenção do historiador José H. Rodrigues é o da Independência, dedicando a ele cinco volumes de uma obra monumental.

Não se trata de uma apresentação meramente descritiva, mas de uma verdadeira interpretação desse magno acontecimento da História brasileira.

55. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 5-6.

O próprio José Honório, no prefácio da obra, nos indica os elementos-chaves para a compreensão do seu ponto de vista e de sua interpretação desse fato histórico. Eis suas palavras textuais:

"Esta obra defende a tese de que a Independência não foi um movimento, mas uma revolução contida por D. Pedro no meio do caminho, com a demissão e o banimento de José Bonifácio; sustenta também que não foi um desquite amigável, mas uma guerra, maior que a de muitas independências da América, na durabilidade e na mobilização de forças. Quando não houve luta, houve exibição de força, que continha e afastava o inimigo. Veremos no livro especial sobre as Forças Armadas a verdade deste enunciado, que destaca o papel destas, irmanadas com o povo, na construção e defesa da pátria nova".

E prossegue com esta afirmação significativa:

"Daí se segue, como conseqüência lógica, que nossa história tem horas cruentas, e não é tão cordial como se supõe e se sustenta.

Não se podem assim esquecer os heróis, os combatentes, os personagens, nem empequenecer a guerra.

Por isso não me arrependo de alguns ardores entusiásticos e apaixonados, pois vibro e me arrepio com as grandes causas nacionais. A cegueira do historiador é sua frieza rude ou branda...

Assim procuramos nesta obra guardar e transmitir pela virtude da história o precioso legado da Independência. Esta é a inspiração do livro. O enredo da nossa história é a busca e a conquista da liberdade!".[56]

Esse conteúdo interpretativo já fora anunciado anteriormente, quando o autor escrevia em *Aspirações Nacionais*:

"O sentimento de que a Independência não se completara em 1822 levou-nos à Abdicação em 1831, e à não renovação do Tratado com a Grã-Bretanha em 1844. A linha permanente e vigilante pela consolidação da emancipação política, foi sempre uma e única, embora seja mais afirmativa ou mais submissa conforme as condições de resistência à agressão potencial, ou conforme a capacidade de liderança.

Na forma de resistir ou avançar é que se dividiram os movimentos e os homens; uns, nascidos nas fontes da sociedade colonial, tradicionalistas e conservadores, preferiram resistir, mantendo o *statu quo*, deformando o processo histórico, ludibriando o povo, mais deuteragonista que protagonista da cena política; outros, originários das correntes mamelucas, como os denominou João Ri-

56. Rodrigues, José Honório, *Independência, Revolução e Contra-Revolução*. Francisco Alves, 1975, 1.º volume, Prefácio.

beiro, formam o grosso do autêntico radicalismo nacional, presente desde as primeiras lutas no século XVIII até os nossos dias. Para estes a independência ainda não foi completada".[57]

3.2. *A interpretação do Império*

Para uma melhor compreensão do período Imperial, José Honório nos oferece dois quadros distintos. Em primeiro lugar, nos apresenta a visão clássica e oficializada da época imperial; em seguida, nos indica os elementos básicos para uma interpretação revisionista.

Eis, segundo as suas palavras, a versão tradicional da época imperial:

"Sim, existe uma história, uma versão da história do Império, de todo o Império, escrita e aceita como a versão única e oficial. Não vou relembrá-la toda, mas apenas os aspectos desse passado, criado como uma ideologia, com o propósito de controlar indivíduos, motivar sociedades ou inspirar classes...

Foi assim que construímos não uma história, mas um passado irreal um Império encantado, repleto de mitos que se repetem monotonamente. Um Império próspero, róseo, calmo, tranqüilo, um povo dócil, cordial; um passado incruento, uma liderança de grandes homens, que praticavam a conciliação para o bem de todos, povo e país, que queria reformas, que servia apenas ao Brasil, com um governo que apreciava seu povo, que o queria sadio e educado, que não fazia do poder um círculo de ferro, plástico às mudanças sociais, compreensivo não só de seus iguais, na fortuna e no poder, mas dos seus desiguais na pobreza e na humildade. Relações paternais e doces entre senhores e escravos, fazendeiros e colonos, patrões e operários, povo e governo; não houve nem capitulação, nem terrorismo, de um lado ou de outro, todos colaborando no sucesso do nosso passado, tão criador que nos libertou de qualquer subdesenvolvimento futuro."

José Honório denuncia essa distorsão histórica que está a serviço da ideologia dominante, acrescentando em seguida:

"Eis o quadro oficial, formal, que ensinamos à nossa juventude; eis a visão ideológica de um passado romantizado, a que não faltou sequer um culto colonial, em que se louvaram os nossos dominadores; na seleção dos bons, ou dos melhores, sempre apologeticamente apreciados, não houve rigor; a paranóia, que foi o traço dominante de alguns líderes, em fases conturbadas, nunca foi denunciada...

---

57. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, 4.ª ed., 182.

E mais, o que é inédito, e único, a história não foi branca, foi também a da coloração negra, índia, cabocla enfim. Os negros, os mulatos, os índios, os caboclos, os mestiços de todas as variedades tiveram o seu papel incorporado e destacado, inclusive seus protestos e lutas, na história oficial. Foi assim que escreveram esta história, que se ensina de um passado prodigiosamente positivo". [58]

A esse quadro róseo, José Honório contrapõe a sua visão interpretativa, num estudo específico sobre a década de 1870 a 1880.

Eis a sua descrição da vida social dessa época:

"O decênio não está isento de revoltas; a do quebra-quilos, em 1874, no Nordeste, e a dos Muckers, no Rio Grande do Sul, em 1874-1875, ambas rústicas, de influência religiosa ou messiânica, nem de inumeráveis bandos que lutam no interior, nem tampouco das insurreições negras. Se as duas revoltas são conhecidas e estão incorporadas às histórias gerais, se os movimentos messiânicos têm merecido um exame aprofundado de suas crenças e ideais, nem os bandos nem as insurreições negras do fim do Império são conhecidos.

Ao abrir-se o decênio, o Ministro da Justiça comunica à Câmara não ter havido perturbação da ordem pública, resultado lisonjeiro que se devia à índole pacífica dos brasileiros, escrevia, embora páginas adiante apontasse bandos que infestavam o interior de Pernambuco, Paraíba do Norte e Alagoas. Grupos, bandos, quadrilhas, lutam pelo interior, e muitas vezes atingem e abalam cidades de todo o Nordeste, todos os anos da década, excetuado 1873".

Em seguida o autor detém-se no enfoque do banditismo social; afirmando:

"O banditismo social, que é parte importante da história popular, inexiste nas histórias gerais, e não foi ainda objeto de pesquisas e análises mais profundas. Os grandes bandidos da época, como Francisco Correia Ataíde Siqueira, João Nazário, João Quirino, Joaquim Gomes da Silva, os famosos Viriatos da Paraíba, Antônio Pereira de Carvalho chefiavam bandos uniformizados, bem montados e bem armados, que, em correrias pelos municípios, atacavam coronéis e autoridades policiais e judiciárias e distribuíam uma justiça primária.

A pobreza e a violência, os problemas do despojamento da terra, a vingança, a coragem física, a auto-expressão pessoal, o indivi-

---

58. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 133-136.

dualismo misturado a uma espécie de igualitarismo primitivo, a dramatização, o gosto da exibição são os elementos psicossociais desta explosão rústica que as autoridades, não conseguindo dominar, apesar de todo o terror empregado, amaldiçoavam, e os historiadores oficiais fingiam ignorar.

As secas agravaram esse quadro, especialmente no Ceará, onde de 1877 a 1880 o fenômeno repetido e prolongado teve conseqüências sociais e econômicas que atormentavam as populações flageladas. A grande crise climática abala a estrutura social e econômica da Província do Ceará e motiva, pela miséria, o crime e o fanatismo".

Outro aspecto importante destacado por José Honório são as lutas dos escravos em busca de liberdade. Assim prossegue ele a descrição do decênio:

"Ao lado dos bandos, os escravos nas suas lutas encharcaram de sangue a terra. Suas insurreições constituem um processo contínuo e não esporádico, e a versão de um quadro paternal e doce, no qual a confraternização predominou sobre a discórdia, subverteu a verdadeira inteligência do processo. Tal versão é uma ideologia criada pelas classes dominantes, exposta pelas correntes oficiais de seus historiadores e sociólogos.

As formas de reação negra se manifestaram na fuga, no quilombo, nas insurreições, nos crimes, nos suicídios. Sabemos que a fuga se generalizou em massa, e foi sempre combatida até às vésperas da Abolição, quando o Exército se negou a fazer o papel de capitão-de-mato; os quilombos existiam no próprio Rio de Janeiro em 1871 e 1878; as insurreições sepultadas na história pela historiografia oficial ensangüentaram os anos de 1871, 1872, 1877, 1878, 1880; os suicídios cresceram desde 1860; os crimes individuais ou de grupos contra senhores e feitores aumentaram, e a pena das galés, confessavam as autoridades públicas em 1874, tinham perdido a virtude de intimidação, especialmente para os criminosos de condição servil, que consideravam vantajosa a troca da escravidão pela vida ociosa das cadeias.

E como o Conselho de Estado decidira, desde 1872, que o perdão conferido pelo Poder Moderador anulava a condição social dos escravos condenados às galés perpétuas, não podendo voltar à escravidão, deixava de interessar aos senhores a pena de morte, e a de galés, preferindo-a de açoites, embora muitas vezes nem o senhor nem o magistrado soubessem os limites de humanidade e os deveres do homem para com o homem".[59]

O autor conclui com a seguinte afirmação:

---

59. Rodrigues, José Honório, ibidem, 145-147.

"A visão histórica de um povo de boa índole e de caráter pacífico, não é senão o retrato torcido e deformado. Durante o Império, durante o decênio, tal como na Colônia "os alicerces", como escreveu Capistrano de Abreu, "assentaram sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício, e as pedras se desfazem, separam e arruínam". O próprio Capistrano escreveu que o povo brasileiro foi sangrado e capado, mas creio que se o sangraram não o caparam, como nesta e outras fases ele soube mostrar.

Se a ideologia social foi assim como a econômica construída com tantas deformações, a política e a história não o foram menos".[60]

Como se pode observar, tanto neste item como no precedente José Honório aplica os princípios de interpretação por ele tão convictamente defendidos.

3.3. *A interpretação da República*

Se o Império favoreceu apenas grupos minoritários e não atendeu às necessidades da população em geral, as mesmas restrições foram mantidas durante a República com relação à participação popular e à realização das aspirações nacionais.

Este parece ser o conceito básico de José H. Rodrigues, conforme se pode vislumbrar de alguns de seus escritos.

Embora sem fazer uma análise mais contundente da República, ele afirma:

"Em 1889, com a República, vieram a Federação, a intranqüilidade revolucionária, o mandonismo, o predomínio dos grandes Estados sobre os pequenos, e o militarismo. Havia um desencontro marcado entre os interesses nacionais e os Estados, ou destes com os dos municípios, e a ausência de qualquer princípio organizador que presidisse ao desenvolvimento nacional".[61]

No prefácio à 4.ª edição de *Aspirações Nacionais*, o autor assim se refere à época republicana:

"A República foi quase sempre anormal, foi a ordem ou até mesmo a desordem oficial contra o progresso, foi o preconceito contra o interesse. Todos conhecemos os efeitos catastróficos da repressão contínua, sem uma saída para os vencidos, os derrotados, os marginalizados. Um Estado sadio e normal encontra remédio para sua crise devolvendo-os à vida nacional, procurando uma oportunidade para incorporá-los ao país".

60. Rodrigues, José Honório, ibidem, 148.
61. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, 4.ª ed., 136-137.

Sua conclusão é a seguinte:

"Uma nação, especialmente um país da grandeza do Brasil, e de seu propósito de desenvolvimento precisa de todos, de todo o seu povo, e não pode agravar as divergências, precisa antes buscar os pontos comuns, pois sem unidade, ainda que não inteiriça, não há desenvolvimento". [62]

Este quadro evidentemente deve ser completo com a análise mais detalhada que o autor faz da década 1960-1970.

3.4. *A interpretação dos anos 60*

O estudo dos anos 60 foi objeto de atenção mais detalhada de José H. Rodrigues.

Nas introduções ou prefácios de três obras publicadas durante o período 1960-1970, ele nos apresenta de modo bastante claro o seu pensamento básico. Em resumo, sua visão interpretativa pode ser assim enunciada: no período anterior a 64 havia um movimento em favor de uma reforma social do país, que levasse a população brasileira a maior participação na vida nacional; tal movimento, infelizmente, foi de repente freado quando o governo da nação passou a ser exercido pelo poder militar.

Desde a primeira edição de *Aspirações Nacionais*, publicada em 1963, José Honório escrevia:

"As aspirações atuais do povo brasileiro crescem mais rapidamente do que os níveis de satisfação promovidos pelas minorias dominantes. A diferença entre o padrão de vida que possui e nível de vida a que aspira aumenta sempre mais. Nem por isso ele busca soluções extremistas porque é, como convém repetir, infenso, por feitio, às ideologias. Sua posição não é engaiolada, doutrinária, fechada, dogmática, mas flexível, conciliável, personalista; ele aceita as mais esdrúxulas alianças, promovidas pelas cúpulas, e rejeita, de um ou de outro lado, as atitudes discriminatórias, fanáticas, indiscutíveis, extremas...".

E acrescentava em seguida:

"A luta que se trava agora não é entre conservadores e liberais, mas entre reformistas progressistas e contra-reformistas. A luta é entre a morosidade e a velocidade do processo histórico, entre os que vivem do saudosismo e estão dominados por valores ultrapassados e os que tiram sua força do fato de serem vivos, defini-

---

62. Rodrigues, José Honório, ibidem, 4.ª ed., Prefácio.

tivamente vivos, e ligados aos problemas do povo e da nação".[63] Em fins de março de 64 houve a mudança nos quadros políticos da nação.

Em uma obra complementar, *Conciliação ou Reforma no Brasil* publicada em 1965, o autor assim se exprimia:

"É imperativo de nossa época agônica ganhar novas perspectivas no [illegible] do passado, desfazendo mitos, tendo o [illegible] da falência da tradição, e mostrando a necessidade da ousadia e da novidade na concepção política do presente e do futuro...

Nem será a aparente calmaria obtida pela força e pela repressão que ocultará o estado alarmante da crise. Dizia Nabuco de Araujo recear mais o ceticismo que o pronunciamento. Uma nação, não se compõe somente de conformados, mas também de dissidentes, heterodoxos e até de hereges. Não há de ser uma política avariada, sectária, dogmática, uniforme que nos salvará.

A bandeira da reforma, da renovação, da modernização é uma bandeira nacional, não pertence a grupos, deve romper as barreiras sociais e associar todos à missão comum, evitando as interrupções caóticas, e fazendo voltar o Poder à sua legitimidade através do voto popular".[64]

No prefácio de *Vida e História*, publicado em 1966 novamente o autor volta a insistir na tecla que é necessário auscultar as aspirações nacionais, favorecendo a participação popular, e dando voz e voto à maioria do povo que foi reduzido ao silêncio mediante instrumentos de força ou de alienação.

Eis suas palavras:

"Creio que no meio deste silêncio, em que se converteu o Brasil, o historiador não deve ter nunca propósito saudosista ou reacionário, pois isso significa evitar o diálogo entre o passado e o futuro. E creio mais que, neste momento, quando uma minoria dominante se deteriora numa minoria exotérica, o historiador não deve ver a vida como um moralista, pois ele sabe que a virtude não está de um lado, e o pecado do outro. Neste balanço modesto mas afirmativo, a História se apresenta como uma disciplina de unidade e de ação, que revela discretamente mas sem temor, a sobrevivência das forças políticas pré-nacionais e até mesmo antinacionais, e esclarece que, quando se obstrui a ação das novas forças sociais, o grau de violência pode vir a ser proporcional ao tempo

---

63. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio, Fulgor, 1963, 35-36.
64. Rodrigues, José Honório, *Conciliação ou Reforma no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1965, 11-19.

de retardamento. Espero que não seja este o nosso caso, e que uma inteligência política mais esclarecida saiba satisfazer às aspirações nacionais".[65]

Estas palavras foram escritas em época anterior à implantação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968.

Não obstante, ainda no prefácio da quarta edição de *Aspirações Nacionais*, publicado em 1970, José Honório prossegue enfatizando a idéia da necessidade de participação popular:

"O objetivo nacional atual é a legalidade democrática, isto é, o regime representativo e as garantias individuais. Sem ela, os demais objetivos permanentes, a prosperidade, a educação e a saúde terão sua vitória retardada, pois todo absolutismo é recolonizador e não libertador.

Nenhuma minoria é dona do país, nem seu povo é vassalo. Somos todos iguais nos direitos e nos deveres. Todos participamos de uma herança comum e do futuro a ser forjado. Possuímos um propósito nacional, o de tornar este país e seu povo próspero, sadio, educado, democrático e livre. A situação política atual, com a crescente vulnerabilidade do indivíduo e do povo apresenta três graves aspectos: primeiro, a luta entre liberticidas e libertários; segundo, a instável relação entre o governo e a sociedade, a separação entre o poder e o povo; terceiro, a alterada relação do poder, não mais legal e constitucionalmente distribuído entre os seus três poderes, mas entre grupos econômicos, em grande parte internacionais, e forças militares. A função essencial da Presidência, infelizmente não exercida pelos últimos presidentes da República, consiste em estimular, inspirar e unir todo o povo".[66]

3.5. *A interpretação geral da história do Brasil*

A linha de pensamento do historiador José H. Rodrigues é bem nítida e declarada.

Na análise do período colonial, afasta-se do aspecto político, para valorizar o aspecto social e econômico, inspirando-se em Capistrano de Abreu, que definia genericamente esses três primeiros séculos com o período de opressão do povo brasileiro: "povo durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado".[67]

---

65. Rodrigues, José Honório, *Vida e História*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, Prefácio.

66. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, 4.ª ed., Prefácio.

67. Rodrigues, José Honório, ibidem.

A partir dos movimentos precursores da Independência vai-se criando pouco a pouco a aspiração a uma verdadeira Revolução Brasileira, que permita a integração e participação de todo o povo nos proventos e benefícios sócio-econômicos e culturais gerados pela nação.

Não obstante, tanto durante o Império como durante a República tem predominado as forças reacionárias da Contra-revolução, que visam defender os interesses de uma classe minoritária, de caráter elitista, com freqüência vinculada a interesses alienígenas. Estes grupos continuam detendo o poder, restringindo sempre mais as possibilidades de participação popular nos processos decisórios sobre os rumos da nação.

Ao comentar o conteúdo de seus dois livros: *Aspirações Nacionais e Conciliação Reforma*, José Honório assim explicita o seu pensamento:

"A principal tese destes dois livros consiste em sustentar que a história do Brasil deve o seu retardamento a fatores externos e internos. Os fatores externos, como é óbvio, são o colonialismo e o imperialismo, isto é, o longo e demorado regime de submissão a interesses metropolitanos, e a sobrevivência da estrutura colonial econômica e política pós Independência.

Não houve ruptura do regime colonial, que sobreviveu como o absolutismo do regime imperial, com legislação arcaica, com a relativa imobilidade administrativa, com a alienação das elites, com a fragilidade da conjuntura e a estabilidade da estrutura, imutável e incapaz de atender às necessidades nacionais. O período colonial e sua sobrevivência determinam todo o subdesenvolvimento posterior."

Em seguida, acrescenta:

"A seu lado funcionam como fatores decisivos a submissão econômica e as preponderâncias britânica e norte americana, que embargaram o crescimento natural. Como fatores internos tão importantes ou mais importantes ainda que os externos devemos considerar o colonialismo interno, isto é, a sujeição do povo aos interesses de grupos dominantes, e de certas regiões a outras favorecidas por interesses políticos.

Na comparação a longo prazo entre o comportamento da liderança e do povo, os dois estudos não hesitam em concluir que este, apesar de suas insuficiências e deficiências, foi sempre superior àquele. A liderança em seu conjunto, descontadas as exceções normais, revelou em muitas fases, para usar da expressão do grande

historiador norte-americano Richard Hofstadter, um estilo paranóico, especialmente na época contemporânea".[68]

Após exemplificar com alguns exemplos essa atitude paranóica das elites, José Honório continua:

"O pecado danado da nossa liderança, — que a transformou numa minoria neurótica — foi descrer de seu povo, das virtudes da nossa gente. Somos o que somos, e não o que a minoria dirigente gostaria que fôssemos. Não adianta pensar como o Marquês de Resende, que propunha a D. Pedro I que buscássemos alemães para encher o país de gente branca. A minoria dirigente, no afastar-se do povo, ao descrer dele, deixa de identificar-se com a nação, pois esta é seu povo encarnado. É a não identificação que gera o conflito emocional e que afasta o povo da real participação nacional."

O autor expresa sua conclusão final nos seguintes termos:

"O nosso grande dever é preservar nossa personalidade, conservá-la, desenvolvê-la. Sermos nós mesmos. Se não formos nós mesmos, se cedermos nossa personalidade, não poderemos dar nada ao mundo. Não fabricaremos História, a verdadeira história nacional.

A minoria educada — educada por uma visão histórica falseada — e a maioria deseducada, insuficiente e deprimida, ainda não se uniram em nossa história, e só neste dia será possível a aceleração do progresso nacional".[69]

Conclusão:

Por sua condição de historiador comprometido com a realidade brasileira, pode-se afirmar que José Honório Rodrigues, em sua hermenêutica da história do Brasil defende três aspectos principais: a salvaguarda das liberdades individuais, uma maior participação social e a necessidade de reformas das estruturas sociais e econômicas vigentes no país.

1. *Salvaguarda das liberdades individuais*, José Honório é um liberal moderado. Liberal no sentido moderno, e não no sentido clássico, tradicional. Por isso, ele aborrece os extremismos. Em suas obras ele condena tanto aqueles que matam ou oprimem a liberdade, como os que exaltam uma liberdade sem peias, numa posição fanática que se inclina para o anarquismo. Segundo ele, são tão prejudiciais na vida e na história nacional as minorias liberticidas como as libertárias.

---

68. Rodrigues, José Honório, ibidem.
69. Rodrigues, José Honório, ibidem.

No prefácio à 4.ª edição de *Aspirações Nacionais*, publicado em 1970, o autor afirma:

"A situação política atual se caracteriza pela existência de três minorias e uma maioria. Duas minorias exaltadas e neuróticas, uma liberticida e outra libertária, ação e reação conviventes, irmãs no extremo da conduta política, embora se apresentem como adversárias. A terceira minoria moderada pode e deve vencer as outras duas e trazer para o seu lado a maioria desprezada".

Não obstante, na época atual a situação é ainda mais delicada pois a minoria moderada foi afastada de qualquer participação no poder por um governo que José Honório designa como liberticida. Acrescenta ele:

"Quando se afirma que a conformidade com o governo não é só uma necessidade mas um dever, destrói-se a margem de liberdade que dá à vida seu sabor e sua infinita possibilidade de avanço. Os divergentes, os inconformados, os dissidentes, os derrotados, fazem parte da nação. O nosso grande problema histórico foi sempre o de assegurar os direitos da maioria; agora acrescemos a este — uma maioria desprezada — o de uma minoria banida". [70]

Segundo ele, somente este grupo de liberais moderados é capaz de defender efetivamente os interesses e os direitos do povo brasileiro.

2. *Maior participação social.* Justamente por ser um liberal moderado, José Honório não se situa numa visão burguesa da vida e da história, mas exige que o povo possa participar de alguma forma do governo do país. Para isso se faz necessário que haja representação popular nas principais decisões políticas que traçam os rumos da nação.

Ele tem uma visão social e democrática muito nítida. Quando o governo se nega a ouvir a voz do povo, afirma o autor, caminha necessariamente para o despotismo.

No Prefácio acima indicado, José Honório escreve:

"As necessidades brasileiras devem estar acima de qualquer lealdade estrangeira. Nenhuma aliança, nenhuma, pode impedir as decisões de nossos interesses. Mas estas não podem ser tomadas sem consulta à opinião da maioria, sem buscar sua legitimidade na soberania popular. O Brasil não é esta geração, e muito menos a geração minoritária que o domina, sem representação popular ou com uma representação popular castrada".

---

70. Rodrigues, José Honório, ibidem.

E continua em seguida:

"O que resta? Como realizar a grande aspiração nacional do desenvolvimento apenas baseados numa minoria auto-suficiente? O antagonismo entre a soberania nacional e a minoria dirigente vem se agravando e dividindo a nação. A usurpação da soberania popular significa o despotismo". [71]

3. *Necessidade de reformas básicas.* Segundo José Honório, existe no país um movimento em prol da reforma das estruturas sócio-econômicas, que pode ser designado como a Revolução Brasileira. A Revolução Brasileira se iniciou com as lutas pela Independência do Brasil, mas até hoje nunca foi vitoriosa. Afirma o autor:

"Desde então tem-se a impressão que se inicia a Revolução Brasileira travada em todas as suas conseqüências sociais e econômicas na Independência, retomada em vários outros momentos, sempre refreada ou desviada, de tal modo que se pode dizer com toda a precisão histórica que no Brasil nunca a Revolução Brasileira foi vitoriosa, e sim a Contra-Revolução."

E acrescenta:

"Se a Revolução, como um movimento de transformação social e econômica nunca foi vitoriosa no Brasil, existe como um processo histórico-nacional permanente, ora mais forte, ora mais fraco, mas que um dia se completará social e economicamente.

É neste sentido que se fala em Revolução Brasileira, uma idéia em andamento e na sua contradição, a Contra-Revolução, um acontecimento sempre vitorioso. A Contra-Revolução significa travar o processo revolucionário, atender gradualmente às reformas, que adiam ou evitam a revolução, e promover a conciliação, que se opera simultaneamente nas camadas dirigentes, ajustando seus interesses, e nas médias e inferiores, fazendo pequenas concessões que lhes permitam sobreviver.

A Contra-Revolução é um dos elementos mais característicos do enredo da História do Brasil, como acontece também com a Reforma à Conciliação, sobre as quais escrevi um estudo". [72]

Lutar em prol da efetiva Revolução Brasileira é para José Honório Rodrigues a razão de ser de sua vida e de sua contribuição intelectual na área histórica.

---

71. Rodrigues, José Honório, ibidem.
72. Rodrigues, José Honório, *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Perspectiva, 1976, 35.